

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E A EXPANSÃO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO/RS

MONICA NARDINI DA SILVA¹; FLÁVIO SACCO DOS ANJOS²

¹Universidade Federal de Pelotas – moninardini@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – saccodosanjos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte do projeto de dissertação de mestrado (em andamento) junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Pelotas, cujo objetivo é analisar e compreender os impactos socioambientais ocasionadas pelo processo de expansão da monocultura da soja no município de Jaguarão, no Rio Grande do Sul (RS).

A região sul do RS é caracterizada pelo Bioma Pampa, considerado “um patrimônio natural, genético e cultural de importância nacional e global. Também é no Pampa que fica a maior parte do aquífero Guarani” (BRASIL, 2016, p. 01), rico em recursos hídricos e fonte de grande biodiversidade. Nos últimos anos têm ocorrido mudanças significativas na matriz produtiva de alguns municípios da região sul do RS, com a introdução de monocultivos e árvores exóticas, sobretudo, da soja, que além de modificarem a paisagem, geram transformações econômicas e culturais de grande alcance. Na área de abrangência do Bioma Pampa está Jaguarão, que tem como atividade tradicional a pecuária extensiva em campos nativos, e que experimentou, nos últimos sete anos, a inclusão de 37.000 ha de soja.

Existem alguns fatores físicos e culturais limitantes para o cultivo da soja nessa região. Não obstante, cerca de 180 produtores, vindos de municípios do norte do Estado, com trajetória em produção de soja em seus locais de origem, estão migrando para produzir soja: “A soja tem uma dinâmica semelhante à do garimpo. Quando é encontrado ouro em algum lugar todos vão para lá. Legalmente e ilegalmente” (VANKRUNKELSVEN, 2014, p. 128). Algumas dessas famílias compraram áreas, outras arrendam, algumas se mudaram para Jaguarão, outras apenas plantam no município, mas continuam residindo, comprando insumos e comercializando a produção em seus municípios de origem.

Diante do exposto, algumas questões ficam pendentes, exigindo um estudo mais aprofundado que justifica a relevância e atualidade dessa pesquisa. Nesse sentido, indagamos: quais os impactos sociais e ambientais ocasionados pela conjuntura resultante da expansão da cultura da soja para a agricultura/pecuária, a partir da realidade atual do município de Jaguarão/RS? Qual a percepção dos atores locais (agricultores/pecuaristas, autoridades) a respeito dessa situação? Pretende-se responder essas questões através da realização da pesquisa. Neste texto, especificamente, aborda-se o conceito de desenvolvimento rural sustentável, que servirá como um dos grandes eixos do referencial teórico dessa pesquisa.

2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir da análise de referenciais teóricos: livros e artigos científicos que tratam do assunto abordado e de informações preliminares colhidas em caráter exploratório junto a atores sociais do município de Jaguarão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Revolução Verde foi um modelo que se impôs durante as décadas de 1960 e 1980 em nível mundial. Baseou-se, fundamentalmente, na modernização da agricultura através do uso de tecnologias absorvedoras de capital e poupadoras de terra e, sobretudo, de recursos humanos. A busca pelo aumento da produtividade esteve acompanhada do melhoramento genético de plantas e criações, intensificação do processo de mecanização das tarefas agrícolas e quimificação dos processos de produção pela via dos fertilizantes sintéticos e uso crescente de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas, fungicidas, etc.). A agricultura tradicional passou a ser considerada atrasada, sob a égide de um padrão de desenvolvimento imposto pelo estado autoritário (1964-1985), “forçando” a incorporação do novo modo de produzir pela via do crédito rural subsidiado destinado, sobretudo, aos cultivos de exportação. Segundo Altieri (2002), com o aumento produtivo da agricultura, ocorreu, também, a degradação ambiental, problemas sociais e uso excessivo dos recursos naturais. Para este autor, “a revolução verde teve consequências nas áreas rurais que geralmente serviram para marginalizar grande parte da população rural” (ALTIERI, 2002, p.47).

Uma maneira de promover a agricultura sustentável é por meio da diversificação da produção, que propicia, segundo Altieri (2002), a conservação da biodiversidade, que além de benefícios ecológicos, auxilia os agricultores menos favorecidos, reduzindo a dependência de fatores externos. Altieri (2002) comenta que a agricultura sustentável sofre críticas e questionamentos. Uma destas críticas estaria relacionada à suspeição de que as técnicas sustentáveis não seriam capazes de alimentar a população mundial, assim como supostos empecilhos à mecanização da produção diversificada. O autor, no entanto, defende que a maioria dos problemas de fome é causada pela má distribuição de renda, que resulta na falta de acesso aos alimentos. Segundo Altieri, “a questão central da agricultura sustentável não é atingir a produção máxima, mas a estabilidade a longo prazo” (2002, p. 553).

Gliessman (2000) aponta que a economia de mercado prioriza metas em curto prazo, mas a sustentabilidade requer um planejamento a longo prazo. Para este autor, “um produtor não pode estar atento às necessidades de sua unidade produtiva e acreditar que, a partir de uma intervenção somente neste nível, poderá lidar adequadamente com as questões de sustentabilidade no longo prazo” (GLIESSMAN, 2000, p. 594). No aludido estudo defende a necessidade de adoção de uma abordagem sistêmica para que ocorra a sustentabilidade, voltada para todo “curso”. Segundo Gliessman, “em resumo, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível” (2000, p. 33).

Por outro lado, Almeida (2009) esclarece que, ao contrário da noção de crescimento, a noção de desenvolvimento engloba as dimensões econômicas, sociais e culturais. Este autor ressalta, também, a possibilidade de criação de um modelo de desenvolvimento com embasamento nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Enfatiza que se discute muito sobre os aspectos da dimensão “natural” do desenvolvimento sustentável, mas pouco para o “social”. O mesmo autor em 2005 elencava alguns dos fatores impulsionaram as discussões sobre desenvolvimento sustentável, quais sejam, a crise nos países subdesenvolvidos, os conflitos sociais, ambientais e econômicos.

Buarque (2006) considera que para que o desenvolvimento seja sustentável deve servir-se das potencialidades locais, contribuindo com a economia local e

elevando as oportunidades sociais ao mesmo tempo, deve garantir a conservação dos recursos naturais locais.

Gerhardt e Almeida (2005) salientam que alguns agricultores que já praticavam um manejo ambientalmente correto só tiveram suas ações reconhecidas após o movimento de ressignificação das práticas. Exemplificam com lavoura de milho crioulo consorciada com feijão, sem o uso de agrotóxicos, que era vista como sinônimo de atraso e resultado da falta de conhecimento por parte dos agricultores. Ou seja, muitas práticas agrícolas que eram consideradas arcaicas e atrasadas, muitas vezes subestimando o potencial e a cultura de determinado agricultor, com a introdução de discussões baseadas no desenvolvimento sustentável passam a ser prestigiadas e servindo como um ponto de referência. Outro exemplo que se pode citar são as pastagens nativas utilizadas na pecuária familiar no sul do RS, as quais, nos últimos anos, vêm sendo substituídas em larga escala, por lavouras de soja, mudando a paisagem do Pampa gaúcho e gerando discussões em torno da sustentabilidade e, sobretudo, da conservação da biodiversidade. Com efeito, a “expansão das fronteiras agrícolas é uma (se não a maior) causa da destruição de ambientes naturais. Estamos destruindo a base de recursos dos quais dependemos” (CORREIA, 2007, p. 14).

O aumento significativo do uso de agrotóxicos é uma das consequências diretas da expansão das lavouras de soja. Considerando que se usa em torno de 5 litros por ha, com o aumento de 37.000 ha da área plantada se estima a aplicação de aproximadamente 185.000 litros de agrotóxicos no município de Jaguarão no último cultivo. Além da mecanização dessas áreas, que em sua maioria, eram campo nativo, habitat natural de espécies endêmicas, há impactos ambientais inquestionáveis. Há também relatos de produtores preocupados com a produção de hortaliças e pomares para o autoconsumo ou para a venda devido ao uso de agrotóxicos em áreas próximas, muitas vezes através da aviação agrícola que pulveriza e contamina a sua produção em função da deriva.

O arrendamento das terras para a soja está associado à saída dos proprietários do meio rural, os quais passam a residir com suas famílias no centro da cidade ou fora de Jaguarão. Alguns eram pecuaristas familiares tradicionais há muitos anos, herdaram de seus pais uma atividade integrada à paisagem natural, tradicional na região, fonte de saber e expressão da cultura local e que se valia de técnicas de escasso impacto ambiental. Há indícios de que a interrupção na atividade pecuária por parte dos que arrendam suas terras para a soja pode interferir nos padrões sucessórios, tendo em vista a ruptura entre o modo de vida anterior, ligado à pecuária, e a nova forma que assume a reprodução social da família com uma renda não exatamente ligada ao mundo da produção e do trabalho.

O fato de o preço da soja ser regulado pelo mercado internacional deixa o produtor exposto às regras de mercado. Esse modelo encontra apoio na dependência de fatores externos, gera perda da autonomia das propriedades e expõe os agricultores a crises econômicas, sociais e ambientais. A monocultura preza o acúmulo de capital. Deponti (2001) esclarece que a dependência de insumos externos gera a vulnerabilidade do agricultor, e como os custos são maiores, a renda diminui: “Quando o agricultor utiliza recursos locais e internos à propriedade, tende a maior sustentabilidade e independência produtiva. A dependência de insumos externos não é sustentável” (DEPONTI, 2001, p. 101).

Apesar da evolução das pesquisas em torno do desenvolvimento rural sustentável, o que se tem observado no município de Jaguarão é um processo inverso, com o aumento das áreas plantadas de soja, nos últimos anos.

4. CONCLUSÕES

O modelo proposto pela Revolução Verde foi um padrão imposto, baseado na dependência de fatores externos, causando perda da autonomia dos produtores, maior vulnerabilidade, a degradação ambiental, problemas sociais e degradação dos recursos naturais. O processo de ocupação da região sul, especificamente de Jaguarão, é distinto ao da região norte, conseqüentemente a expansão da área plantada de soja no município pode resultar em mudanças negativas, como o uso abusivo de agrotóxicos, o êxodo rural e a perda de saberes.

Deve-se levar em conta a realidade das famílias rurais, sua história, sua trajetória, especificidades, objetivos e caminhos alternativos que levem ao desenvolvimento sustentável. Isso inclui a valorização de sua cultura, das potencialidades regionais, a inovação social e o reconhecimento de suas competências. A lógica na tomada de decisões varia de um agricultor para outro, portanto, é imprescindível a participação do agricultor em todo processo de “construção” do desenvolvimento. O que é sustentável em determinado local, em determinado tempo e com determinados fatores, pode não ser em outro local diante da diversidade ambiental e das idiosincrasias. É necessário adotar um modelo de desenvolvimento que incorpore a qualidade de vida, incluindo valores culturais, sociais e ambientais locais e não só econômicos, como vem ocorrendo, com a expansão crescente da soja.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3a ed. 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Pampa**. Acessado em 09 de jul. de 2016. Online. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>
- BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CORRÊA, I. V. **Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas em Transição Agroecológica na Região Sul do Rio Grande do Sul**. 2007. 89f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas.
- DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. 2001. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GERHARDT, C.; ALMEIDA, J. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental; uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 1-34, 2005.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- VANKRUNKELSVEN, L. **Soja: Tesouro ou Tesoura?** Tradução Marianne Christina Scheffer. Curitiba: L.F. Editora e Impressos, 2014.